

Intelectuais no universo de Letras¹

Recebido 23, ago. 2004/Aprovado 22, set. 2004

Heidrun Krieger Olinto

Resumo

A reflexão proposta está articulada à disseminação, na década de 90, de novos experimentos historiográficos ensaiados por intelectuais que circulam no universo de letras. Essas formas de ego-escritos ou ego-histórias, que se legitimam pelo acento sobre processos auto-reflexivos, não só questionam a imparcialidade e invisibilidade auto-impostas por compromissos profissionais tácitos subjacentes à construção de conhecimento, mas permitem um olhar novo sobre vínculos que teóricos da literatura estabelecem entre experiências particulares, atuações em comunidades científicas no espaço institucional da academia e posturas éticas e políticas que adotam no mundo extramuros.

Essas questões são exploradas – sobre o pano de fundo do papel do intelectual – a partir da análise de dois experimentos de ego-história publicados com intervalo de dez anos, em 1993 e 2003.

Palavras-chave: autobiografia; historiografia literária; intelectual.

¹Uma parte desse ensaio resultou da apresentação do trabalho *Ego-histórias nos estudos literários* na reunião do GT História da Literatura, no XIX Encontro Nacional da ANPOLL, realizado em Maceió, de 28 jun. a 2 jul. 2004. A debatedora Maria da Glória Bordini ofereceu valiosas sugestões e críticas com o seu texto *Ego-Histórias e autobiografias literárias: uma derivação da impotência da história da literatura em vencer ficções do sujeito?*, que foram consideradas para a ampliação da discussão de minha proposta.

1

Uma localização do intelectual no universo de letras evoca forçosamente a lembrança longínqua da figura do escritor francês Émile Zola e a sua carta aberta *J'accuse*, dirigida ao primeiro dignitário da França, o Presidente da República Félix Faure. Este documento, publicado em 1898 pelo jornal *L'Aurore* e seguido pelo abaixo-assinado de duas mil pessoas – entre elas escritores, como Marcel Proust e Anatole France, críticos, artistas, cientistas, filósofos, estudantes e jornalistas liberais que se entendiam elite espiritual do país – transformou-se em texto emblemático da ação do intelectual moderno na esfera pública. Uma intervenção que, pela força da palavra, não só conseguia mobilizar a opinião pública, mas igualmente pressionar as autoridades do poder público à revisão do processo contra o capitão judeu Alfred Dreyfus, suspeito de espionagem e julgado por traição à pátria. Considerada erro de justiça, a sua condenação desencadeava uma onda de protestos liderados por um escritor, evento que na perspectiva de hoje simboliza o marco fundador de uma tradição de conduta do engajamento político do intelectual de esquerda a favor de causas justas contra a tirania do poder do Estado. Um engajamento político fundado sobre a responsabilidade ética que se tornava efetiva na esfera pública pelo poder da palavra. Em contrapartida, demandava uma responsabilidade específica daqueles que com ela lidavam profissionalmente: uma reflexão crítica com respeito à realidade e com respeito aos desejados atos de intervenção (ESSIG, 1999).

Durante décadas essa imagem do intelectual, fazendo parte de um grupo esclarecido de figuras simbólicas que passavam a defender, em atitudes pontuais, valores gerais como democracia, justiça, paz e direitos humanos, se legitimava como expressão de sua própria integridade moral que, por seu lado, justificava o seu engajamento e lhe emprestava autoridade. A atividade comum desse intelectual moderno como crítico auto-reflexivo engajado em causas nobres, e cioso do seu papel de relevância social, se expressava na produção e disseminação de textos como meio central do seu discurso e se traduzia pela eficácia destes atestada pela ressonância na opinião pública e pela atenção prestada por parte de instâncias políticas.

Entre inúmeros exemplos do intelectual de letras que poderiam ser nomeados destaca-se a figura de Jean Paul Sartre – batizado por Pierre Bourdieu com singela adequação de *intelectual total* – ilustrando de forma modelar esse novo papel e justificando a qualificação por sua presença não só na filosofia, mas também na crítica, na teoria e na literatura, no gênero dramático e no romance (BOURDIEU, 1981, 1996). Seguindo o modelo de Zola, foi o seu mérito ter reforçado e vitalizado uma

forma paradigmática de denúncia que se impôs como padrão normativo, tornando-se tradição não apenas no mundo intelectual francês. O seu ativismo expandia-se em todos os campos da vida pública, à medida que assumia o papel clássico do intelectual de esquerda, envolvido na resistência e ocupado com questões de justiça social, violência e opressão. Mas foi também Sartre, que, nos últimos anos de sua vida, passou a ser relacionado com indagações incômodas acerca da morte do intelectual e do fracasso da missão do escritor engajado. Pierre Bourdieu, ao analisar a mecânica do campo de forças em que se movimentava essa figura, sinaliza uma profunda transformação em sua estrutura e nos efeitos de sua ação, associada, entre outros, às perturbadoras descobertas dos *gulags* e à inexistência de instituições políticas democráticas na União Soviética. Nesta situação passava a ser problemático o silêncio diante dos crimes tornados visíveis, a abstenção diante da violência intolerável associada com Stalin, Mao, Pol Pot e, ainda, diante da cegueira face a regimes totalitários decididos a domesticar o pensamento livre (BOURDIEU, 1996, p. 219).

Enquanto após a Segunda Guerra Mundial o tipo do intelectual de esquerda tinha-se transformado em culto, seja na atmosfera do existencialismo francês, seja no ambiente do grupo de escritores e críticos alemães de esquerda, o "Gruppe 47", e nos movimentos mundiais de protesto em 1968, o declínio perceptível de sua imagem mítica, pode ser acompanhado na trajetória do lendário intelectual total que, em certos momentos, tinha representado esse papel público em sua inquestionável grandeza política através do poder de sua palavra de protesto contra variadas formas de dominação. Quando Jean Paul Sartre morre em 1980, os franceses se despedem de um dos grandes representantes do intelectual moderno, mas foi, de certo modo, sintomático o melancólico ocaso deste porta-voz dos injustiçados que, muito antes de sua morte, deixou de ser ouvido. Um século depois da publicação de *J'accuse*, as lembranças do tempo heróico do intelectual, quando a palavra ainda tinha força, são evocadas com nostalgia diante do seu (quase) autismo na esfera pública presente.

Acrescenta-se à mudança crescente deste clima de indiferença o fato de, nas sociedades democráticas atuais, deixar de existir o intelectual, passando ele a ser substituído por figuras de múltipla atuação, de caráter mais flexível e menos normativo. Ainda que hoje a sua autoridade – baseada no uso público de sua razão e na intervenção eficaz nas condições de vida – não seja aceita incondicionalmente, e que se note uma clara retirada da esfera pública para os espaços da academia que, pela própria natureza, facilitam esse recolhimento a serviço da produção de conhecimentos críticos, as formas de sua auto-representação sinalizam, no entanto, a vontade incessante de

transcender o campo restrito de sua comunidade científica e manifestam o desejo de reconhecimento dos seus gestos ativistas em horizontes mais amplos, visíveis os dois na sua colaboração regular nos debates do seu interesse na esfera pública. Não na qualidade de guardião da moral universal e da consciência ferida da humanidade com pretensão de falar em nome de direitos e valores mais elevados, mas a partir de uma espécie de moral circunstancial, com atribuições eventuais e circunscritas, associadas a lutas no campo cultural.

2

Nos estudos de literatura, concepções, papéis e a própria figura idealizada e real do intelectual se transformaram em objeto de curiosidade particular a partir do final dos anos 70. Na Alemanha, por exemplo, este interesse coincide com o surgimento de um pluralismo metodológico em seu campo disciplinar e com a passagem para a visão do fenômeno literário, não como unidade textual, mas como sistema social complexo que mobilizava uma agenda sustentada pela vontade de inserir os estudos literários em contextos históricos sociais e culturais concretos revertendo, deste modo, a tradição arraigada das tendências imanentistas a favor de uma ciência da literatura policontextual.

A vivência e participação efetiva do intelectual de letras nestas mudanças paradigmáticas serão investigadas em dois casos particulares que, mesmo assim, pretendem ter caráter exemplar, não para configurar uma situação geral de sua atuação hoje, mas para focalizar de forma pontual as suas possibilidades e limites em confronto tanto com a figura fundadora quanto com a sua auto-imagem acerca das formas de ação e intervenção ainda disponíveis. Nesta ótica parece-me sugestivo um consenso mínimo acerca de sua definição no campo literário, sugerido por Markus Joch (2000, p. 11):

Os intelectuais representam aquele grupo parcial de inteligência que não se limita ao exercício de seu trabalho intelectual no território profissional, mas que busca, além disso, exercer influência sobre a opinião pública, conseguir efeitos políticos ou, no mínimo, participar do discurso sobre concepções de sentido e valor socialmente relevantes.

Uma última observação acerca do quadro que dá forma à minha análise. O estudioso da literatura – e de modo particular, o teórico da literatura – em sua condição de intelectual, e por força de seus compromettimentos profissionais, não apenas assume uma postura crítica face aos objetos de sua investigação, mas como observador de segunda ordem, se pauta igualmente por constantes processos de auto-reflexão. Se esse investimento parece óbvio, é, no entanto, muito recente que ele se manifesta de forma explícita e visível em publicações de ego-histórias

intelectuais. Quando o historiador francês Pierre Nora publicou em 1987 uma coletânea com o título *Essais d'ego-histoire*, um experimento historiográfico baseado em depoimentos de sete entre os mais representativos dos novos historiadores franceses, responsáveis, em parte pelo chamado "despertar epistemológico", que sustenta os novos projetos em sua área disciplinar, ele não só transforma convicções teóricas e epistemológicas em prática, mas torna pública uma discussão até então restrita ao âmbito da vida particular ou encerrada no espaço restrito de uma comunidade científica unida por compromissos institucionais, de modo geral mantidos fora do alcance de possíveis e complicados engajamentos políticos (NORA, 1987). Naquele volume o autor recolhe "autobiografias intelectuais" de sete historiadores da chamada "nouvelle histoire" (entre os muitos chamados que declinaram do convite), que, dispostos a correr o risco de assumir expressamente a primeira pessoa do singular, expõem aspectos de sua vida privada, tentando vinculá-los com a sua experiência profissional e acadêmico-institucional em diversas fases de sua existência.

Estes ensaios de ego-história abalaram igualmente uma espécie de tabu que René Rémond, um dos participantes do volume, formulava do seguinte modo: "Os historiadores não se confessam" (RÉMOND, 1989, p. 287). Neste sentido - em função dos compromissos de sua profissão com a realidade objetiva pressupondo isenção, imparcialidade, neutralidade em seus processos de observação - eles sequer deviam adotar perspectivas subjetivas e submeter-se ao rito da confissão (ou da inquisição). Peter Burke cita na introdução do livro *A escrita da história* uma carta famosa de 1902, em que o editor da *Cambridge Modern History* insiste com o seu grupo de colaboradores internacionais que "o nosso Waterloo deve ser tal que satisfaça do mesmo modo a franceses e ingleses, alemães e holandeses" e que os leitores deviam ser incapazes de perceber a passagem da caneta de uma mão para a outra (BURKE, 1992, p.15). O libelo a favor da visibilidade do historiador e de suas estratégias de profissão é uma conquista muito posterior e, hoje, o produto de seu trabalho científico não se legitima tão somente em função do seu conhecimento específico, cultural e social, mas igualmente pela circunscrição de seu próprio lugar social histórico e político articulado em torno da possibilidade de intervir ativamente como árbitro de processos decisórios, evidenciando, assim a função participativa de sua atuação. O que se impôs foi uma consciência aguda da própria posição do observador de segunda ordem no processo de investigação infiltrando-se, deste modo, interesses pessoais, interesses ideológicos, ambições em relação à carreira e posturas face a demandas sociais e políticas que dão perfil às suas opções (OLINTO, 2003).

Aos ensaios de ego-história de Pierre Nora corresponde na área dos estudos literários, de certa forma, o ensaio *Historia calamitatum et fortunarum mearum or: A Paradigm Shift in Literary Study*, de Hans Robert Jauss, originalmente encomendado pelo instituto alemão de fomento à pesquisa Deutsche Forschungsgemeinschaft. O ensaio foi idealizado pelo autor como "piece of scholarly autobiography" (JAUSS, 1989, p.113) e não como análise objetiva do estado-da-arte no território disciplinar da ciência da literatura, entendendo-se, portanto, como depoimento pessoal acerca das atividades de um teórico da literatura envolvido numa mudança paradigmática de impacto radical sobre os processos de investigação teórica e metodológica. A configuração desta autobiografia histo-riográfica, escrita como um capítulo da história da ciência da literatura, foi publicada em 1989 na coletânea *Future Literary Theory*, editada por Ralph Cohen, como documento pessoal acerca do seu envolvimento nas transformações na esfera dos estudos de literatura. O próprio título, em latim, traduz essa intenção pela perspectiva escolhida - história de minhas desventuras e venturas - e pelo acréscimo que indica uma mudança paradigmática nos estudos de literatura. Centrado sobre o advento da Estética da Recepção, em fins dos anos 60, o autor oferece a *sua* visão sobre as razões de abandono dos caminhos das distintas filologias de cunho histórico-positivista a favor de uma ciência da literatura construída como processo de comunicação literária. O problema enfrentado por Jauss dizia, então, respeito ao modo de transformar experiências subjetivas em prognósticos objetivos sem violar a regra básica da comunidade científica tradicional: "a scientist should never attempt to judge his own contributions whether significant or not, but specially when not." (p.112). Nesta situação, a sua opção pela focalização do passado da disciplina permite-lhe esboçar um segmento da história de "scholarship" do qual ele participou pessoalmente, tanto na qualidade de líder e testemunha ativa quanto de objeto passivo. Uma opção que o livra, ao mesmo tempo, da lógica do desenvolvimento linear como consequência teleológica de início, meio e fim obedecendo a uma ótica retrospectiva e lhe permite ensaiar uma história a partir da descontinuidade de sua vivência pessoal articulada com as experiências e o horizonte de expectativa do seu grupo de pesquisa. Esta pequena comunidade científica então emergente, conhecida como Escola de Konstanz, tornou-se a primeira geração pós-guerra empenhada na renovação dos estudos de literatura no espaço institucional da recém criada universidade como reflexo das reformas de 68.

Na ótica destas reflexões situam-se os experimentos historiográficos de ego-escritos intelectuais, em vertiginosa expansão a partir dos anos 90. São tematizados, assim, novos experimentos de historiografia (auto)bio-gráfica que, na esfera dos estudos de literatura, permitem ensaiar complexas articulações entre uma história da vida privada, as convicções profissionais explicitadas

em comunidades científicas no espaço da academia e comprometimentos e atitudes tácitas ou expostas em determinados contextos político-históricos “interessantes”.

3

O que motiva as minhas indagações pode ser entendido, em parte, como avaliação crítica das formas de pacto (auto)biográfico assumidas circunstancialmente por intelectuais e que tentam dar uma moldura teórica a um gênero que se localiza de forma complexa nos liminares entre historiografia (auto)biográfica e ficção. Uma segunda preocupação diz respeito à indagação acerca do valor deste gesto (auto)biográfico encenado para a construção de histórias de literatura no contexto de propostas teóricas que compreendem o fenômeno literário em uma perspectiva sistêmica articulando múltiplas relações em permanente processo de mutação. No âmbito dessas questões serão analisados dois exemplos que iluminam alguns aspectos significativos para situar a investigação proposta, dando destaque a possíveis articulações entre mudanças históricas (políticas) e transformações paradigmáticas na estrutura de teorias de literatura que não afetam apenas os modos de percepção e avaliação de determinado repertório teórico, mas igualmente convicções e posturas de vida com ressonância dentro e fora da esfera acadêmica. Em outras palavras, diz respeito aos efeitos das atitudes do intelectual de letras.

Peter Bürger e Christa Bürger, durante décadas lecionando teoria da literatura, respectivamente nas universidades de Bremen e de Frankfurt – e formando um casal na vida privada – publicam com intervalo de dez anos, a sua visão particular dos meandros que marcam a emergência de contraditórios projetos teóricos para os estudos de literatura a partir dos anos 60. Ambos pretendem escrever uma história da disciplina pelo olhar (auto)biográfico optando, entretanto, por estratégias distintas na escolha de fragmentos para a sua composição. Os gestos desiguais, por seu lado, sinalizam circunstâncias específicas eventualmente responsáveis pelo privilégio dado a formas de descentramento das ego-histórias em direção a um narrador que oculta a fala de si e de suas experiências pessoais e institucionais, na voz em terceira pessoa do singular ou pela opção por modelos de auto-representação que expõem enfaticamente uma presença do eu.

Em 1993, o livro *Die Tränen des Odysseus* (As lágrimas de Ulisses), de Peter Bürger – um dos mais renomados teóricos da literatura na Alemanha pós-guerra –, conhecido no Brasil especialmente pela obra *Theorie der Avantgarde* (Teoria da vanguarda) – é recebido como manifestação da profunda crise de auto-compreensão da teoria, discutida alternadamente seja como desvio lamentável do caminho do projeto da modernidade, assumido pela Teoria Crítica e expresso claramente nas máximas da crítica da ideologia, seja como oportunidade extraordinária de auto-exame de convicções estabelecidas face a perturbadoras incertezas, dando lugar assim a atitudes de

rearrumação da casa no contexto do mundo contemporâneo e a reflexões urgentes sobre este. O cenário das indagações, acerca do lugar da teoria da literatura, enfrentadas por Peter Bürger no início dos anos 90, apresenta-se como confronto entre uma tradição iluminista racionalista e o seu questionamento pós-estruturalista em vista de uma possível terceira via legitimada por instrumentos teóricos distintos. Neste sentido, o texto de Bürger aposta em formas de teorização provocadoramente contíguas às estratégias da ficção. Um artifício que sugere significativas transformações na qualificação de teorias avalizadas por critérios de evidência, porque ao caracterizar teorias como narrativas, elas mudam de estatuto e se articulam com sujeitos que assumem ostensivamente o seu papel de narrador. Enquanto, como sinaliza Hermann Michels na apresentação do livro, o sujeito da construção teórica tradicional representa, na qualidade de centro e origem, uma instância geral do discurso – e nesta condição despido de paixões e contingências da vida cotidiana – o sujeito ficcional da narrativa é inseparável da moldura teórica a partir da qual ensaia ordenar o seu mundo (MICHEL, 1993). Nesta perspectiva, o autor inaugura um novo estilo (auto)biográfico intelectual ao escrever a sua história da teoria assumindo o incontornável paradoxo da condição do narrador contemporâneo que, ao falar de si, sabe da impossibilidade de falar de si. Na visão de Michels, a opção pela fala de si como outro reserva à escrita uma liberdade incomparavelmente maior em relação à liberdade do ensaísta cujo texto, a despeito do seu indiscutível caráter experimental, permanece dependente da construção de um *eu* centrado. É neste sentido que o experimento historiográfico de Bürger acerca dos caminhos e transformações da teoria pode ser localizado nos interstícios da forma autoficcional e autobiográfica. E é neste sentido, também, que tem valor e sabor especial a sugestão extremamente feliz de classificar esta obra de Peter Bürger – que tematiza as perplexidades imaginárias (?) de um professor de teoria da literatura, provocadas pelo pensamento pós-estruturalista – como livro que poderia ter sido um romance mas não o quis.²

Ao transformar a teoria em narrativa e entender a autobiografia como invenção de um eu no discurso narrativo, promovendo deste modo a fusão entre ficção e real, as inseguranças do professor – configuradas como anotações eventuais e depositadas em primeira pessoa do singular num pequeno caderno escolar – emergem constantemente neste observador auto-reflexivo: “Noto que estou começando a me perder em explicações introdutórias e preparatórias tentando justificá-las perante mim mesmo como sendo importantes para que o leitor possa saber algo sobre o autor de um texto que pinta um quadro tão sombrio do cenário contemporâneo.” (BÜRGER, 1993, p. 9). Questionando igualmente o modelo explicativo que torna invisíveis as verdadeiras forças históricas

2.C.f. análise do experimento de uma historiografia (auto)biográfica da teoria da literatura, de Peter Bürger, In: OLINTO, Heidrun Krieger. Pequenos ego-escritos intelectuais. *Palavra*, Rio de Janeiro, v. 10, 2003. p. 24-44.

e o próprio estilo patético desse pensamento, que pode ser lido também como tradução de um tratamento lúdico dado ao espiritual – “desde sempre cultivado na França” –, esse singelo *eu* autoficcional do professor avalia a postura criticada como visão simplória do estado de coisas, que nas universidades alemãs é antes assimilado com reticências. Por um lado, na perspectiva de uma história da teoria da literatura, são problematizadas as transformações ocorridas e as inseguranças que acompanham mudanças paradigmáticas. Neste âmbito, é significativa a postura de um intelectual crítico comprometido com o pensamento frankfurtiano e o seu ceticismo diante da adesão, nos anos 70, ao mais novo pensamento pós-estruturalista francês, por ele julgado de “lucífero” (BÜRGER, 1993, p. 16). E por outro lado, são tematizadas as suas infundáveis cogitações sobre conexões possíveis entre discurso e vida fora do texto. Ainda que a primeira pessoa do singular domine todas as anotações do professor, prevalece o contínuo desejo de fortalecer o vínculo entre as suas idéias particulares “sinceras” e o pensamento contemporâneo.

Não pretendo retocar nenhuma das idéias que surgem à minha mente. Não se trata da minha pessoa e da minha cabeça, pois elas representam apenas o local acidental para o depósito do pensamento do tempo (BÜRGER, 1993, p.17).

Esse desejo de inserção ultrapassa a atmosfera de uma história das idéias e se conecta indissolúvelmente com as dimensões concretas da história. Assim são relidos com renovada significação os textos de Adorno, historicamente localizados no “período infeliz da nossa história, os anos da Segunda Guerra e do pós-guerra imediato” (BÜRGER, 1993, p. 18) e revitalizados no final da década de 80, no tempo político movimentado “quando a Alemanha dividida foi reunificada, algo patético para nós mais velhos e indiferente para os mais jovens. O fim feliz de um pesadelo que se iniciou em 1933.” (BÜRGER, 1993, p. 20). Para o professor de teoria da literatura esse rejuvenescimento nos discursos, vivenciado em animadas discussões sobre a dialética do Iluminismo e a teoria estética, tinha algo fascinante pela coexistência simultânea da “juventude e da maturidade”, mas essa sua efêmera felicidade, em seguida passou a ser melancolicamente diagnosticada como “auto-engano”. A sua turma de estudos de literatura começou a questionar a legibilidade dos textos, contrariando a “nossa busca de um sentido velado”, e as suas premissas interpretativas, enfatizando, ao contrário, o valor da ilegibilidade dos textos e o dissenso na argumentação.

Vivi essa situação como fracasso pedagógico e filosófico porque acreditava na possibilidade do consenso a partir do argumento melhor, como fundamento do pensamento mais ade-

quado após a perda das certezas metafísicas (BÜRGER, 1993, p. 20).

Os exemplos comentados tiveram por finalidade destacar neste ensaio de ego-história intelectual a importância dada ao inescapável cruzamento de linhas que conectam a auto-expressão subjetiva de um professor de teoria da literatura com as idéias do seu tempo, com as mudanças provocadas pela emergência de novas propostas, plausibilidades e preferências que ultrapassam não só a esfera dos debates em seu campo disciplinar e de sua comunidade científica em direção a interesses transdisciplinares, mas abrangem igualmente o espaço público de dimensões políticas e relações que atravessam as fronteiras nacionais. Essas articulações não se explicam por meras relações de causa e efeito, mas como vinculações complexas que se entendem como heterárquicas e contingentes e, por isso, em permanente mudança.

Em suma, o projeto de Bürger oferece uma visão muito particular - e, ao mesmo tempo, muito compartilhada - de uma parte das transformações ocorridas na história recente de nossa disciplina centrada, no caso, nos debates em torno da Teoria Crítica, do pós-estruturalismo, do projeto da Modernidade e do (eventual) advento de um projeto pós-moderno. Nestas discussões não era impossível encontrar aproximações entre Derrida e o fascismo pelo simples gesto de passar por cima da contradição entre o pensamento de Heidegger e seu engajamento no Nacional Socialismo em 1933. E nelas, além das contendas filosóficas, sequer faltavam mútuas acusações (desmedidas?) de atitudes reacionárias e neoconservadoras, incluindo, até, (in)oportunas lembranças de Auschwitz. E é neste ambiente de questionamento que o caso Paul de Man, por exemplo, ganha relevo particular. A descoberta tardia da cooperação de Paul de Man num jornal colaboracionista durante a ocupação da Bélgica pelos alemães tinha sido discutida de forma controversa e vinculada especialmente com a dúvida se os procedimentos desconstrutivistas do teórico, responsáveis pela expulsão do sentido dos textos, não estariam ligados e favoráveis à supressão de sua própria história. Em contrapartida, os adeptos de Paul de Man construíram uma afirmação oposta que situava a desconstrução como resultado de uma autocrítica radical que o autor ocultava (BÜRGER, 1993, p. 31). O nosso professor, teórico da literatura, vincula essas dúvidas com o estranhamento diante de suas próprias transformações, vistas de modo distinto pelos mais jovens. A sua geração, que tinha-se formado no final dos anos 50 e inícios da década de 60, entendia-se, então, como politicamente de esquerda, ou mesmo "revo-lucionária" em sentido marxista. "Mas não há dúvida de que por meus alunos fui considerado um oriundo moderado de 68" e quanto mais se perdia o ímpeto

da reforma, durante os anos 70, tanto menos confiáveis pareciam estes teóricos aos jovens, independentes de suas tentativas de adaptação aos novos tempos ou da ocultação de suas antigas posições (BÜRGER, 1993, p. 29).

A despeito do aparente gosto pelo aprendido, parece-lhe curioso o modo como eles lidam com Goethe e Thomas Mann, por exemplo,

[...] uma estranha mescla entre engajamento e desinteresse porque aparentemente esses alunos vivem em outro mundo onde a nossa tradição cultural é vista apenas como curiosidade. Eu mesmo me sinto em sala de aula como um guia de turismo que explica para um grupo de turistas japoneses a história da construção da catedral de Colônia (p. 37)..

Sintomaticamente as suas reflexões no caderno de notas de julho de 1991 terminam assim:

Estou insatisfeito com essa tentativa de incluir a minha situação de escrever no próprio texto, o que apenas é legítimo se contribuísse para o esclarecimento do caso. Mas posso fazer o que quiser, há sempre algo que me inclui no meu objeto de investigação em lugar dele se apresentar diante de mim como objeto (BÜRGER, 1993, p. 38)..

Creio que os exemplos selecionados desta ego-história intelectual acerca dos projetos teóricos em debate nas últimas décadas no território dos estudos de literatura permitem acompanhar a urgência de uma reflexão no difícil terreno das questões envolvidas no caráter construtivo, não só dos nossos objetos de investigação, mas igualmente dos processos de observação subjacentes. Questões que levam o teórico da literatura tão perigosamente – e tão pouco amparado – para os nebulosos espaços de teorias do conhecimento que hoje demandam um investimento bio-psico-social e, ainda, a sua historicização e contextualização. Um espaço em que a construção de modelos e ficções encontra uma realização especialmente gratificante.

Neste âmbito, a escrita autobiográfica intelectual pode oferecer pistas preciosas. Uma forma tradicional de entender esse gênero é repetida desde 1975 (e republicada em 1996) com pouca variação, por Philippe Lejeune como “pacto autobiográfico” (LEJEUNE, 1975, 1996). Na sua definição clássica a autobiografia se entende como

récit rétrospectif en prose qu’une personne réelle fait de sa propre existence lorsqu’elle met l’accent sur sa vie individuelle en particulier sur l’histoire de la personnalité (LEJEUNE, 1975, p. 15)..

A questão subjacente a essa formulação sustenta-se pela possibilidade de verificação dos eventos relatados e dos momentos e lugares em que ocorreram, atestando a sua autenticidade e sacramentando-a pela confiança depositada na sinceridade do autobiógrafo em dizer a verdade. Subjacente a

essa idéia encontra-se, ainda, a suposição de que um narrador que fala em primeira pessoa possa lidar com o seu próprio eu, sem desconfiar de se tratar de uma forma de encenação e representação que o narrador constrói de sua própria vida. No seu texto "Le pacte autobiographique, 25 ans après" (LEJEUNE, 2003), o autor propõe um balanço de suas investigações. Mas enquanto o gênero analisado alarga ou diminui o seu conteúdo – questionando, por exemplo, a inclusão da ficção – não se alteram os pressupostos básicos assumidos, em parte, como paralelos aos de Rousseau, em *Confissões*: "Que chaqu'un decouvre à son tour son coeur avec la même sincérité..." (LEJEUNE, 2003, p. 14).

Paradoxalmente, a ficção autobiográfica conjura essa falsa suposição pelo acento explícito sobre o seu caráter ficcional em contraste, portanto, com o gênero autobiográfico que, na versão de Lejeune, oculta essa condição sem desconfiar de que o confronto se dá com algo que acreditamos ter vivido. Formas não literárias da escrita íntima, até hoje, dificilmente subscrevem hipóteses como as do historiador Jean-Luc Moreau, de que "en fait, nous sommes des fictions à nous-mêmes comme nous le sommes aussi aux yeux des autres" (MOREAU, 2001). Na sua ótica, a primeira confrontação ocorre com o nosso eu, ou seja, com a ficção criada acerca desse eu. Essa visão aproxima-se de uma tese de Ulrich Breuer que procura igualmente uma saída teórica para o dilema deste gênero de confissões situado entre duas afirmações aparentemente incompatíveis acentuando, por um lado, a autenticidade e, por outro, a encenação. Para ele o pressuposto de autenticidade se afigura como busca vã: "Em processos semióticos de confissão todas as esperanças de uma representação autêntica do individual se comprovaram frustradas", porque a confissão não se realiza pelo gesto autocriativo, mas tão somente em processos comunicativos culturalmente formatados (BREUER, 2000, p. 7).

Essa discrepância problemática entre o pleito de autenticidade e uma localização auto-reflexiva da escrita em primeira pessoa ganha uma resposta mais enfática no último texto de Pierre Bourdieu, *Esquisse pour une auto-analyse*, um tipo de ego-escrito intelectual publicado, por sugestão do próprio autor, antes na Alemanha, com o título *Ein soziologischer Selbstversuch* (BOURDIEU, 2002). Essa, por assim dizer, anti-autobiografia intelectual, distingue-se radicalmente do tipo clássico de uma autobiografia na moldura proposta por Philippe Lejeune. A declaração programática no início do livro sinaliza, com ênfase, essa intenção:

Não pretendo homenagear aqui um gênero de escrita que denunciei com freqüência como aleatório e traiçoeiro: a autobiografia. Em lugar disso gostaria de tentar oferecer apenas elementos de uma

autodescrição sociológica e não escondo a minha preocupação – muito além de minhas preocupações habituais – de ser simplesmente mal-entendido (BOURDIEU, 2002, p. 9)..

Com essa postura o sociólogo levanta a delicada e urgente questão da autodescrição que problematiza o narrador em primeira pessoa simultaneamente como sujeito e objeto da observação e análise. Uma posição de ressonância mais ampla, porque aponta para a mistificação da introspecção intelectual e para o problema da estilização da própria existência. Em outras palavras, demanda uma investigação nova da relação entre ficção e autenticidade subjetiva, auto-reflexão e auto-engano. E nesta demanda torna visível o seu afastamento ostensivo de outros textos testemunhais comparáveis de memórias e autobiografias, traduzindo o seu experimento autodescritivo, em contraste, como esboço de uma auto-análise realizada como ego-escrito intelectual.

4

Se, no horizonte dessa discussão, focalizarmos o projeto de historiografia autobiográfica de Christa Bürger, percebe-se de imediato o efeito do hiato cronológico de dez anos que distancia a argumentação do seu ensaio do livro de Peter Bürger, *Die Tränen des Odysseus*. Não só pelo envolvimento em questões políticas localizadas também fora do espaço institucional da academia, mas igualmente pela exibição auto-reflexiva de uma narradora em primeira pessoa que troca a duplicação de Peter Bürger em teórico da literatura e personagem ficcional, pelo diálogo com uma interlocutora real, ainda que esta dramatização de uma situação comunicativa, em última instância, pouco se distinga da construção de uma figura retórica artificial.

Para Christa Bürger, a coragem (e conveniência) de assumir uma escrita autobiográfica como experimento historiográfico intelectual, coincide com a sua aposentadoria, em 1998, da Universidade de Frankfurt, após longa docência de três décadas como professora de Teoria da Literatura, iniciada como professora ginásial nos conturbados momentos histórico-políticos da Reforma Universitária e dos movimentos estudantis no final dos anos 60. A sua inibição, até então, em falar em nome próprio é justificada do seguinte modo:

Eu estava demasiado presa ao tabu que a ciência impunha a todos que lidam seriamente com ela: a proibição de falar em nome próprio. Nesta situação eu tinha desaprendido a interpelar o *eu* oculto na forma gramatical que se encontrava entrelaçada com a escrita e o ensino (BÜRGER, 2003, p. 10).

O seu livro, *Mein Weg durch die Literaturwissenschaft* (Minha caminhada pela ciência da literatura) foi idealizado como depoimento pessoal de sua atuação e experiência acadêmica que, no seu campo disciplinar dos Estudos de Literatura, se

expressava por uma profunda mudança paradigmática refletida em pleitos de renovação curricular do ensino da literatura, e refletindo ao mesmo tempo reivindicações mais amplas em direção a uma democratização da esfera pública, em geral.

Neste sentido, são sintomáticas as bandeiras levantadas em seu livro, que sinalizam o desejo de sintonizar a docência com um envolvimento explícito na reforma do ensino e com uma militância política nos limiares entre o espaço universitário e o seu contexto *extramuros*, em que se cruzam as preferências por certas propostas teóricas com determinados projetos políticos. “A Bürger Vermelha”, assim passou a ser conhecida, durante certo tempo, a jovem professora de Língua e Literatura alemãs, que, ao lado da cor política, começava a exibir, também, a bandeira do movimento feminista. E ambas as manifestações sempre vinculadas com uma profunda discussão em torno de primazias dadas a determinadas teorias literárias.

A forma dada à história metodológica da ciência da literatura como história de lembranças de experimentos pessoais, corresponde à consciência do papel possível do intelectual como observador de segunda ordem. Assim, a teórica elabora um modelo historiográfico, não como reconstrução, mas como narrativa, que lhe permite “investigar as condições em que eu aprendi, ensinei e escrevi” (BÜRGER, 2003, p. 10). No final do capítulo “Der Anlass” (A motivação), a autora sublinha explicitamente os objetivos que motivaram a sua caminhada nas trilhas abertas pela discussão teórica dos estudos literários, na Alemanha, nas três últimas décadas. Em lugar da síntese, prefiro citar na íntegra as suas alegadas razões que mostram a sua intensa preocupação com o movimento das mulheres e o receio diante do risco de emergência de contra forças capazes de desestabilizar uma democracia ainda frágil na Alemanha pós-guerra. As suas razões sublinham o vínculo entre esta preocupação e a sua proposta de enfrentamento com as armas ao seu alcance imediato, uma teoria da literatura equipada durante muito tempo com as ferramentas da Teoria Crítica, com vistas a uma crítica da ideologia, visando, posteriormente, uma via alternativa:

Querida contar aos estudantes que, durante muitos anos, debateram comigo a importância da diferença dos gêneros para a literatura e – para a ciência da literatura –, as discussões políticas e científicas dos anos 70, as circunstâncias que me levaram a passar da crítica da ideologia para uma prática da escrita que permite investigar a escrita de mulheres que se localiza além das fronteiras da literatura (BÜRGER, 2003, p. 10).

A moldura encontrada para esta tarefa não é a reconstrução usual em textos metodológicos, mas uma forma narrativa que facilita por em relevo as condições diversas, e adversas, dessas experiências particulares que não se dão em vácuo social, mas

tampouco se reduzem a ele: "O texto que assim surgiu renuncia à ilusão de um contínuo narrativo; ele se compõe de fragmentos" (BÜRGER, 2003, p. 10).

No âmbito dessa auto-reflexão retrospectiva, o desconforto com os métodos de interpretação imanente, legitimado pela convicção de que o escritor "não devia incomodar-nos com a sua própria pessoa, seus sentimentos, idéias e vivências" (BÜRGER, 2003, p.18), já nos anos 50 lhe parecia um perfeito álibi para a proteção contra preocupações eventuais com a história da Alemanha que terminou em 1945, à medida que permitia a preservação do estatuto de guardião de um bem atemporal, fundando os estudos de literatura, assim, sobre a separação entre arte e vida. Na ótica da conscientização do movimento estudantil de 68 essa imanência ultrapassava a sua dimensão de método interpretativo para ser denunciada como mecanismo sistemático de neutralização da realidade. Para Christa Bürger, o mais preocupante nesta avaliação é a sua percepção – a partir do seu ponto de vista autobiográfico atual – de um novo enfraquecimento da reflexão crítica sobre os métodos nos estudos literários e, como reflexo concomitante, o desaparecimento da própria história do horizonte da indagação acadêmica. Neste ponto fica clara a concordância de seu ego-escrito intelectual, sobre as transformações dos estudos teóricos a partir dos anos 60, com o capítulo da história da teoria da literatura elaborado por Peter Bürger. Ambos localizam os embates e descompassos dos projetos teóricos em torno da aproximação e do afastamento da Teoria Crítica, sentidos muito agudamente como sucesso ou fracasso de projetos políticos apresentados sob a bandeira da democratização. Neste sentido, os dois teóricos incorporam, de certo modo e durante certo tempo, o papel clássico do intelectual moderno comprometido com projetos éticos sustentados pelo capital político e moral em sintonia com o repertório iluminista que, em sua forma moderna, se expressa por princípios críticos incluindo atos auto-reflexivos e de intervenção em seu próprio campo disciplinar e, eventualmente, fora dele. Mas obviamente já se trata de um tipo de ativismo que assume formas significativamente brandas em comparação com o investimento da figura fundadora do intelectual engajado.

A consciência desse recolhimento não é vivida sem melancolia por Christa Bürger que se confessa desconfiada e desapontada em relação ao saber institucionalizado produzido e disseminado nesse universo de letras, que permite ao intelectual retirar-se, imune, para o seu reino interior. Foi sobre esse pano de fundo que a Teoria Crítica, no início dos anos 70, podia ser recebida como provocação, porque naquele tempo a reivindicação de um ensino democrático da língua e literatura correspondia ao retorno da tradição iluminista, banida do

espaço escolar dos anos 50 e 60. Traduzida para a linguagem estudantil, ganhou força significativa, então, a famosa formulação kantiana acerca do iluminismo como saída dos indivíduos de sua menoridade.

Neste contexto, a chamada de Peter Bürger para a universidade de Bremen, notoriamente de esquerda, se afigurava como possibilidade de desenvolver sistematicamente uma ciência da literatura crítica junto com Christa Bürger. Ela, naquele momento ainda professora de ensino médio, iniciava o magistério como se fosse uma militância, cheia de engajamento e animada pela convicção de poder mudar as condições vigentes que animavam o clima intelectual da República Federal Alemã em direção à teoria social como substituta de uma concepção de mundo fundada sobre a rememoração saudosa de um passado longínquo. Esta atmosfera explica, também, a despedida da imagem do escritor como conservador de um bem atemporal a favor da visão do autor como produtor que não produz os seus bens para o mercado, mas, ao contrário, cria uma anti-mercadoria, que mantém a sua imunidade com relação a este. A literatura adquire, nesta condição, o valor de potencial crítico de resistência, uma idéia já presente em 1934, no famoso texto de Walter Benjamin, "O autor como produtor". Esse acento sobre uma nova sensibilidade como força política para a transformação das condições de vida é experimentada por Christa Bürger, na ótica atual, como "utopia pueril" (2003, p.32). E é com estranheza mesclada de emoção que, vasculhando em caixas de papelão guardadas no sótão repletas de anotações pessoais, cartas, recortes de jornal e documentos variados, ela percebe que já no final dos anos 70 não mais compartilhava o mesmo ideário alimentado por uma espécie de consciência de superioridade moral, até então inabalável, mesmo diante de experiências e evidências contrárias à realidade. Foi um momento vivido como decepção e frustração diante das expectativas depositadas no movimento estudantil como força de mudança social mais abrangente.

Este excursão que pode parecer exagerado para uma reflexão que pretende colocar o acento sobre novas formas autobiográficas intelectuais na escrita de uma história da teoria da literatura parece-me, no entanto, significativo para compreender uma característica particular do projeto de Christa Bürger. *O meu caminho pela ciência da literatura* exhibe em reiterados momentos uma formulação no plural. O que confere uma rara singularidade ao projeto da professora e cientista neste empreendimento fundado sobre as suas experiências particulares é o seu inusitado - e insistente - emprego do pronome *nós*. Esta forma em primeira pessoa do plural, contrariando uma possível leitura inicial, não tem como referência uma determinada comunidade científica ou, pelo menos, um grupo de trabalho a que pertence. O *nós* abriga, como denominador

comum, uma aliança extremamente inusitada: Peter Bürger, o seu marido e, como ela, professor universitário no campo dos estudos de literatura. E este *nós*, a despeito de certa impressão de encenação retórica, permite vincular uma militância profissional e política com experiências de caráter íntimo, de modo geral, deslocadas em discussões tão explicitamente acadêmicas, onde os embates se localizam, antes, no reino das idéias, despido dos pequenos sentimentos e grandes paixões que habitam os seus titulares, mas, de modo geral, invisíveis – porque inconvenientes – nas esferas da construção de conhecimento. Mas, no livro de Christa Bürger, esse *nós*, sem disputar espaço com o pronome no singular, cria um ambiente de pertencimento e de cumplicidade especialmente vivo em instantes de frustração quando, por exemplo, Christa Bürger, ainda na condição de professora ginásial, é preterida nas promoções por causa de suas atitudes avançadas, questionadoras, de esquerda, responsáveis, por muito tempo, pelo rótulo de “A Bürger Vermelha”.

Mas essa repetida presença do *nós* permite dar, também, um inesperado relevo ao envolvimento de Christa Bürger nos movimentos de emancipação da mulher, na causa feminina. A sua lembrança do impacto causado pela leitura do livro de Simone de Beauvoir, *Le deuxième sexe*, desencadeou uma perturbadora auto-reflexão acerca de sua própria situação como mulher e como cientista, sobre o pano de fundo da aliança Sartre-Beauvoir, atravessada por inseguranças, inúteis rivalidades e complexos de inferioridade confessados por Simone a partir de sua condição de mulher.

No final do seu livro, “Das Denken des Lebens”, a teórica da literatura mais uma vez se perde em indagações acerca de sua longa caminhada pela teoria que, em última análise, foi responsável pela sua passagem da crítica da ideologia ao ensaísmo e, nessa travessia, ela sublinha a possibilidade de procurar, no sujeito gramatical dos tratados científicos de sua autoria, o *eu* que neles se esconde. Uma tentativa difícil porque “ele se defendia, reagia com sintomas diversos, às vezes com dores de cabeça, às vezes com câibras nos pés que doíam ao andar.” (BÜRGER, 2003, p. 255).

Na proposta de Christa Bürger esses modos de indagação em relação às constelações de sua história de vida como mulher, cientista, ativista, companheira em momentos históricos e políticos singulares e como parte de um casal de teóricos em momentos de lazer nos passeios matinais pelo parque municipal de Bremen (BÜRGER, 2003, p. 190) ou lendo *Mínima moralia* de Adorno sentado numa turfeira à beira de um caminho ladeado por vidoeiros (p. 84), são contíguos e justapostos sem preferência, nem síntese. O que, por seu lado, caracteriza este seu experimento historiográfico como projeto participante, também, dos debates mais atuais nos espaços literários, culturais e históricos transdisciplinares.

Um olhar retrospectivo sobre as questões levantadas neste ensaio, em suma, torna visível uma minimização do *status*, do papel e da ressonância do intelectual que circula no universo de letras. Antes de mais nada sobre o pano de fundo do mito fundador do intelectual moderno: o escritor Émile Zola. Em contrapartida, diante da temida idéia do desaparecimento (ou enfraquecimento) do intelectual contemporâneo, como aventa Michael Stark no recente livro, *Totgesagte leben länger. Die Intellektuellen in der Literaturwissenschaft* (Os ditos mortos têm vida longa. Os intelectuais na ciência da literatura), aumenta a curiosidade pela investigação de sua atuação no espaço disciplinar dos estudos de literatura, paradoxalmente, na proporção inversa da crescente irrelevância do seu objeto de investigação (STARK, 2003).

Uma tese em aberto que nem todos gostariam de subscrever.

Abstract

The proposed reflections are articulated on the dissemination of new historiographical experiments dressed, in the decade of 90, by intellectuals that circulate in the universe of literary scholarship. This forms of ego-writings or ego-histories that legitimate themselves by the accent on self-reflexive processes, not only question the impartiality and their invisibility self-imposed by tacit professional commitments subjacent to the construction of knowledge, but also permit new views on the relations established by literary theorists among particular experiences, performances in scientific communities in the institutional domain of academia and ethic and political positions in the extramuros world.

These questions are explored – on the horizon of the intellectual's role – by analyzing two experiments in autobiographical historiography published between 1993 and 2003.

Keywords: Autobiography; Literary Historiography; Intellectual.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Ein soziologischer Selbstversuch*. Frankfurt: Suhrkamp, 2002.

_____. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- _____. Die Erfindung des totalen Intellektuellen. *Romanistische Zeitschrift für Literaturgeschichte*, [S.l.], v. 4, p. 385-391, 1981.
- BÜRGER, Christa. *Mein Weg durch die Literaturwissenschaft*. Frankfurt: Suhrkamp, 2003.
- BÜRGER, Peter. *Die Tränen des Odysseus*. Frankfurt: Suhrkamp, 1993.
- BREUER, Ulrich. *Bekentnisse. Diskurs-Gattung-Werk*. Frankfurt: Peter Lang, 2000.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- ESSIG, Rolf-Bernhard. *Der offene Brief*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 1999.
- JAUSS, H.R. 1989. Historia calamitatum et fortunarum mearum or: Paradigm Shift in Literary Study. In: R. Cohen (Ed.). *Future Literary Theory*. London: Routledge, 1989.
- JOCH, Markus. *Bruderkämpfe. Zum Streit um den intellektuellen Habitus in den Fällen Heinrich Heine, Heinrich Mann und Hans Magnus Enzensberger*. Heidelberg: C.Winter, 2000.
- LEJEUNE, PHILIPPE. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.
- _____. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1996.
- _____. Le pacte autobiographique, 25 ans après. *Palavra*, Rio de Janeiro, v. 10, p.11-23, 2003.
- MICHELS, Hermann Rückseite. In: BÜRGER, Peter. *Die Tränen des Odysseus*. Frankfurt: Suhrkamp, 1993.
- MOREAU, Jean-Luc Le je de l'autobiographie, le jeu de la fiction. Manuscrito, www.manuscrit.com/Editio/invites/Pages/JuinInti-JLMoreau.asp, 2001, acessado em 22.4.2004.
- NORA, P. *Essais d'ego-histoire*. Paris: Gallimard, 1987.
- OLINTO, H.K. Pequenos ego-escritos intelectuais. *Palavra*, 7, 2003, p. 24-44.
- RÉMOND, R. O contemporâneo do contemporâneo. In: Pierre Nora. *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 287-341.
- STARK, Michael. Totgesagte leben länger. Die Intellektuellen in der Literaturwissenschaft. *literaturkritik.de*, 5, 2003 (http://www.literaturkritik.de/public/rezension.php?rez_id=60023&ausgabe=200305.)